

Identidade e regionalismo Paulista: Trajetória e mutações

JOÃO MIGUEL TEIXEIRA DE GODOY*

O propósito maior da comunicação volta-se para a análise da trajetória a partir da qual a idéia de uma pretensa excepcionalidade paulista foi sendo forjada, sobretudo a partir do final do século XIX, até os dias de hoje. Origina-se desse processo concepções e valores freqüentemente abrigados sob o termo: paulistanidade. Tratar-se-ia, nesse sentido, de uma pequena “comunidade imaginada”, para usarmos a expressão de Benedict Anderson (2008). No contexto em que tal trajetória se inicia, na criação da federação brasileira no período da descentralização republicana, a reivindicação de uma identidade exclusiva pareceu atender a duas demandas distintas. Por um lado, cimentar a coesão interna da província e depois Estado de São Paulo, num momento de grande fluxo migratório, mudança nos critérios de estratificação social e no padrão de uso e controle da força de trabalho. Por outro lado, legitimar pretensões da oligarquia paulista no conjunto do poder central. Mas o fato é que sua trajetória alterou-se no tempo, bem como seu sentido, abrangência e função. De mero instrumento político, manipulado ao sabor dos interesses sempre instáveis da vida política, foi alimentando a construção de um imaginário coletivo. Ou porque possuía alguma correspondência com os ideais e pretensões de progresso e prosperidade dos habitantes de São Paulo em geral; ou porque esteve no centro de episódios como a Revolução de 1932; ou então porque acabou de fato funcionando como critério de reconstituição do passado de uma infinidade de cidades importantes e do próprio Estado de São Paulo, contribuindo assim para a definição de uma auto-imagem e uma identidade regional.

O texto organiza-se em duas partes. Em primeiro lugar preocupamo-nos em apresentar as principais etapas da trajetória diacrônica da idéia de uma paulistanidade. Depois, complementando essa trajetória, percebemos um nível de reprodução e enraizamento dessas idéias de caráter mais duradouro e que se expressa num conjunto heterogêneo de escritos, de caráter mais memorialístico, que de certa forma definem o padrão do passado de muitas das principais cidades paulistas, inclusive da própria

* Professor da PUC-Campinas e Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

capital. Não seria exagerado dizer que a existência de tais escritos acabaram por constituir um dos possíveis mecanismos a partir dos quais a idéia da paulistanidade terminou por plasmar uma identidade coletiva em São Paulo.

Em linhas gerais, e de maneira bem sintética, a trajetória desse ideário paulista pode ser organizada nas seguintes fases:

1) Durante o século XVIII, mais expressivamente na segunda metade, destacam-se as obras de dois autores: Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) “Nobiliarquia paulistana, genealogia das principais famílias de São Paulo”, e Frei Gaspar da Madre de Deus (1714-1800) “Memória para a história da Capitania de São Paulo”(1797). Embora de maneira ainda assistemática, percebe-se já nesse momento a visão de uma certa excepcionalidade paulista, comparada com as dinâmicas históricas das outras regiões da colônia. Decorrentes da sua marginalidade durante todo processo de colonização e da sua “vocação” para a interiorização, presente na obra das Bandeiras e dos bandeirantes. Excepcionalidade que aparece como diferença. O tom apologético e de engrandecimento do paulista que perpassa as obras, apesar de suas diferenças, foi explicado em função do momento pelo qual a capitania atravessava: início de sua incorporação nos circuitos da economia mundial, notadamente durante o governo de Morgado de Mateus, de 1765 a 1776. Incorporação que impactou no sentido positivo, mas que exigiu mudanças e readaptações muitas vezes vistas como ameaças pelos habitantes da capitania (ABUD, 1986; QUEIROZ, 1992).

2) O final do período imperial e início da República e a subsequente implantação do sistema federalista no Brasil, desencadearam um processo de disputa por hegemonia, no interior do poder central, entre as principais oligarquias regionais do país. O avanço paulista veio lastreado pelo seu poder econômico e por um imaginário construído a partir de componentes étnicos, políticos, históricos, onde São Paulo surgia como a “Locomotiva do Brasil”, como liderança natural da federação. As raízes mais explícitas dessa construção podem ser encontradas nas obras de Alberto Salles (1860-1910) “A pátria paulista” e Alfredo Ellis Jr (1896-1974) “Raça de Gigantes”, entre outros intelectuais como Alcântara Machado, etc. Intelectuais “orgânicos” poderíamos chamá-los. O traço marcante de suas obras é que leram a excepcionalidade e a diferença, tal como surgem nas obras de Taques e Frei Gaspar, como superioridade fundamentada étnica e historicamente. A projeção dessas construções simbólicas deveu-se a um fator

conjuntural, a Revolução Constitucionalista de 1932, permitindo que valores e representações mais proclamados começassem a se tornar mais encarnados.

3) O terceiro momento se caracteriza pela passagem da leitura da superioridade para a construção do modelo de nacionalidade. A diferença passa a ser lida como modelo que em função disso pode ser generalizado. Esse movimento aparece sobretudo em na obra de Cassiano Ricardo (1895-1979) “Marcha para o Oeste” e “O Estado Novo e seu sentido Bandeirante”. Expressam o objetivo de compreender as transformações e readaptações do imaginário da paulistanidade num contexto político novo, pós-Revolução de 30.

4) Nas décadas de 1950 e 1960, grosso modo, a “paulistanidade” torna-se mercadoria. Encerrando então todo um ciclo histórico de uma idéia. Pode-se verificar isso no noticiário, publicações e festejos realizados em torno do aniversário de quatrocentos anos de São Paulo em 1954. A partir daí a imagem, mas não apenas imagem, de uma cidade que nunca para porque “não pode parar” e onde sempre “cabe mais um”, a terra acolhedora e das oportunidades, tornou-se um apelo que reforçou o fluxo migratório interno das regiões nordestinas para o sudeste, principalmente São Paulo. O esvaziamento ideológico da identidade paulista, seguido de sua instrumentalização propagandista, pode ter sido facilitado por dois fatores articulados. De um lado, o relativo recuo político da elite econômica paulista. No início dos anos sessenta, Fernando Henrique Cardoso na sua tese *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, concluía o seguinte sobre a burguesia industrial paulista: “satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura”, renunciara a tentar “a hegemonia plena da sociedade”¹. Condição cuja origem pode ser buscada nos anos 30 e na montagem do arco de alianças políticas que deu sustentação ao nacional-populismo. Cujo fundamento social aproxima o caso brasileiro daquilo que Antonio Gramsci chamou na Itália de “cuestione meridionale” ao falar do sul da Itália e dos “agrários” dirigindo o país e dominando os “modernos”. No caso brasileiro seria a “cuestione strentionale”, onde os grupos dominantes das regiões mais “atrasadas” (Norte e Nordeste), os “agrários”, oferecem aos “modernos” do sudeste sua capacidade de controle sobre as massas. Os “modernos”, por sua, aceitam de bom grado, uma vez que estariam “sequiosos de proteção estatal e

¹ Citado por Schwarz (1999).

temerosos em relação à sua própria modernidade”². Junto a isso, verifica-se uma mudança de perfil dos intelectuais paulistas no sentido do reforço do lado mais acadêmico em contraposição à participação direta no campo da política.³ Apenas então os historiadores paulistas puderam transformar o debate sobre a identidade paulista, seus símbolos e significações, num objeto de estudo. Mas aqui o debate mudou de natureza. Não mais uma investigação sobre os elementos que compõem e definem o ser paulista, mas um debate sobre o debate.

5) A transformação da questão da “paulistanidade” num problema acadêmico não significa necessariamente o encerramento de seu ciclo histórico, como fenômeno cultural e político, mas talvez consequência de uma mudança de natureza do fenômeno. De qualquer maneira, um dos últimos trabalhos sobre o assunto já coloca em questão a relevância e a necessidade de se estudar ou não o tema: “o que é ser paulista?”. A pergunta hoje pode parecer “demasiado ingênua ou até irrisória em nossa época de *internautas* sem-fronteiras, *sem terra* e *desterritorializados* globais de toda espécie”. Continua o autor :”Teria a indagação alguma procedência hoje, fora dos textos/contextos espetaculares da *mídia* (...)? Parece que não”. Mas finalmente termina por concluir pela pertinência de um novo enfoque do problema dado o paradoxo em que nossa atual sociedade se encaminhou, ou seja, a completa “dissolução do passado” conjugada ao crescente “investimento de seus signos como objeto de consumo político e cultural”, como “puros simulacros” (FERREIRA, 2002: 27-28)

Podemos, de qualquer maneira, identificar três momentos na produção acadêmica sobre o tema. Nos anos 80 a questão da identidade paulista aparece atrelado aos estudos sobre o regionalismo e poder local no Brasil, particularmente o trabalho de

² Reproduzo aqui livremente as colocações e comparações de um artigo de Francisco Weffort “Reformas políticas já” publicado no jornal Folha de São Paulo em 25/04/1993, p. 3. Ver também F. Weffort, (1980).

³ Para uma análise de perfil de segmento dos intelectuais paulistas nesse momento, ver Schwarz: “Como é sabido, a vida intelectual carioca evoluía em torno de redações de jornal, editoras, partidos políticos, ministérios, ou seja, organismos com repercussão nacional e saída fluente para o debate público (sem falar em praias, boemia e mundanidades); bem ao contrário da nossa escola da rua Maria Antonia, ambiciosa e caipira, sofrendo da falta de eco nacional e tendo como bandeira o padrão científico, por oposição à ideologia. Além disso é possível que a aposta marxista ‘pura’, voltada para a dinâmica autônoma da luta de classes, tivesse mais verossimilhança no quadro do capitalismo paulista. Ao passo que no Rio, com as brechas e verbas oferecidas à esquerda pela promiscuidade do nacional populismo, não havia como dizer não ao Estado, cuja ambigüidade no conflito em parte era efetiva. No essencial, entretanto, a facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas” (1999: 92).

Joseph Love (1982), Maria I. P. Queiroz, sobre o ufanismo paulista (1992), texto original de 1988, e o de Maria A do Nascimento Arruda (1990), que embora tenha como tema a “mitologia da mineridade” não deixa de ser um contraponto com a “paulistanidade”. Um segundo grupo de trabalhos vincula-se, de alguma forma, com a emergência das temáticas culturais nos anos 80 e 90, apenas a título de exemplo temos o trabalho de Kátia Abud (1986), Mônica Velloso (1993) publicação original de 1987, e Lilia Schwarcz (1993). Um terceiro bloco, mais recentemente, surge colado na atual expansão dos estudos na área de historiografia. Na medida em que se entende que os processos culturais e políticos de construção das identidades dependem de determinadas leituras sobre o passado, bem como na definição de critérios específicos a partir dos quais esse passado é reconstituído e na montagem de um certo imaginário histórico. E na medida que também se entende que os estudos de historiografia não precisam se restringir à análise da produção historiográfica *strito sensu*, mas pode abarcar um campo mais abrangente, como quer Lê Goff⁴. Mas os estudos de historiografia também podem ser vistos como exercício de auto-crítica dos historiadores no sentido pensar a própria inserção da história e do historiador na sociedade atual, daí o nascimento de uma “preocupação historiográfica”, como diz Pierre Nora, como um momento de subversão, marcando a passagem da história-memória para a história-crítica, já que traduz o da história em “emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela” (Nora, 1993)⁵. O Estudo de Antonio Celso Ferreira (2002) pode ser um exemplo desse terceiro bloco de estudos. Nossa proposta de trabalho pretende situar-se também nesse bloco de estudos.

Porém, independente dos momentos em que os estudos universitários se situam, tenhamos claro que a classificação proposta ainda é provisória, a preocupação dos autores ora voltam-se para o estudos da formação e significado da identidade regional (LOVE, 1982), suas conotações ideológicas e simbólicas (QUEIROZ 1992), suas manifestações literárias (VELLOSO, 1993), sua função política (ABUD, 1986), condicionamentos institucionais (SCHWARCZ, 1993) e fundamentos simbólicos da

⁴ “a história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época”. Sendo assim “todas as evocações poéticas, míticas, utópicas, ou, de qualquer modo, fantásticas do passado entram na historiografia” (LE GOFF, 2003: 48-49)

⁵ O texto original é de 1984.

construção do imaginário histórico (FERREIRA, 2002). O debate sobre seus significados divide os autores entre aqueles que enfatizam a função de coesão social e identitária da “paulistanidade”, que se aprofunda nos momentos de crise (ABUD,1986; LOVE,1982) e aqueles que enfatizam sua função discriminatória, de exclusão e elitização dos grupos dominantes paulistas (QUEIROZ, 1992).

Retomando agora outra questão levantada no início, e apenas com uma intenção indicativa, podemos identificar um mecanismo de disseminação de muitas das idéias que compõe esse ideário da paulistanidade. Trata-se da produção memorialística e dos historiadores locais de muitas cidades do Estado. Nesse sentido, outro ângulo de análise se abre para esse agrupamento de obras. Em primeiro lugar, devemos nos contrapor às avaliações que freqüentemente os historiadores profissionais, universitários, fazem da produção “amadorística” ou “memorialística” como ficou conhecida. Devemos destacar a dimensão interpretativa implícita nos textos narrativos e descritivos, aparentemente ingênuos e afetivos. Devemos ainda apontar as repercussões destas interpretações na construção de um imaginário histórico coletivo sobre a cidade e de criação de identidade municipal articulada à regional, com desdobramentos na criação de museus, políticas de preservação do patrimônio histórico, de criação de monumentos, nome de ruas, etc. Devemos igualmente constatar os vínculos desse imaginário com as formas de estruturação e legitimação do poder local. Por fim, mas não menos importante, devemos identificar as interferências e intromissões veladas dos padrões e modelos elaborados por estes escritos, na produção acadêmica que posteriormente foi realizada sobre estas mesmas cidades, conseqüência de uma avaliação inadequada desta sobre aquela.

O fato é que existe um conjunto de escritos, produzidos em várias cidades paulistas, entre as décadas de 1920 e 1970 principalmente, que acabaram por fixar um certo padrão de passado e a definição da estrutura básica da trajetória histórica dessas cidades. Mais ainda, acabaram por garantir a instituição de uma memória coletiva minimamente consensual e coerente com aquilo que ficou conhecido como identidade paulista ou paulistanidade. A escrita da história de muitas cidades paulistas, sobretudo daquelas que surgiram e se consolidaram durante o século XIX, nas áreas e regiões onde se estabeleceram as lavouras de café, foram elaboradas num momento decisivo de suas trajetórias. Coincidência importante, uma vez que muitas delas, como Ribeirão Preto, Piracicaba, Rio Claro e principalmente Campinas, envolveram-se nesse período, ou

foram envolvidas para ser mais exato, num processo de reestruturação da economia nacional, cujo pólo mais dinâmico encontrava-se na região sudeste, com destaque para o Estado e a cidade de São Paulo. Quase como um padrão, esse contexto de mudanças desencadeou nestas cidades, já endurecidas por um certo tradicionalismo, todo um esforço de reconstrução do passado, de fixação de uma imagem e de uma identidade que no geral expressava muito das visões e concepções de uma elite de extração agrária, que nesse momento via-se ameaçada pelas transformações em curso.

O conjunto das obras é composto, sobretudo, por escritos genericamente conhecidos e denominados como memorialísticos. A história das cidades paulistas, da própria capital São Paulo, das cidades da zona central e do chamado oeste paulista, foram inicialmente escritas num momento anterior à consolidação da historiografia acadêmica no Brasil. Foram escritas por auto-didatas, e compõem um conjunto de escritos com características híbridas, onde gêneros diversos se confundem: memórias pessoais, crônica histórica, jornalismo retrospectivo, obras que incorporam elementos da erudição, muitas vezes influenciadas pelo modelo de historiografia desenvolvidos nos Institutos Históricos e Geográficos, Academias de Letras, etc.

Alguns nomes se destacam: Ernani Silva Bruno em São Paulo; Jolumá Brito, Castro Mendes, Julio Mariano em Campinas; Aloísio de Almeida em Sorocaba; Osmani Emboaba da Costa, Plínio Travassos dos Santos e Rubens Cione em Ribeirão Preto; Mario Neme em Piracicaba; L. Arantes em São José do Rio Preto; D. Laurito e N. Martins em Bragança Paulista. O conjunto é mais amplo e compõem o universo documental da pesquisa realizada. Em outros termos, esta historiografia de expressão local e regional constitui o objeto concreto sobre o qual a pesquisa se desenvolveu. Conjunto de obras que, numa primeira avaliação, denominaríamos de alcance *intermediário*, ou obras *de mediação*, já que constituem, de um lado, expressão dos valores municipalistas, e, de outro, veiculam valores e idéias propagadas por toda região paulista a partir da capital São Paulo.

Apesar da diversidade de origem de seus autores e dos gêneros, uma estrutura comum e características que se repetem, podem ser facilmente identificadas no conjunto dos escritos das diversas cidades. Em primeiro lugar, uma concepção de progresso que se aproxima do sentimento e da crença religiosa; a ritualização do passado; a articulação sempre oportunista entre tradição e modernidade; a presença intermitente de um espírito

de iniciativa das elites; a busca do pioneirismo; o fetichismo do documento articulado paradoxalmente com a afirmação da relação afetiva com o passado como critério de reconstituição; a construção dos mitos fundacionais concretizada na obsessão pela data exata da fundação da cidade; a preocupação com o estabelecimento de marcas urbanas dessa visão da história: a nomeação das ruas e praças, a iconografia da cidade, a política de preservação do patrimônio arquitetônico, etc.

É marcante nesses escritos, por fim, uma tensão perpassando o conjunto da produção. Caracteriza-os uma preocupação de conciliar duas exigências aparentemente antagônicas, ou seja, fundar uma tradição, uma memória e uma identidade relativamente fixa e duradoura diante de uma realidade em permanente transformação. Aproximando-se, nesse sentido, do imaginário mítico. A cidade de Campinas, como se sabe, foi a cidade da chamada zona central do Estado de São Paulo mais identificada com as estruturas e dinâmicas da economia cafeeira no oeste paulista. Trata-se de uma cidade e uma região profundamente marcadas pelo ideal de modernidade e de progresso (GIDDENS, 1997; ROSSI, 2000). A mudança é revestida de um valor positivo e sinal de vitalidade a ser conquistada. O substrato localizado e que fazia as vezes de um princípio único e permanente que se reatualizava a cada momento, em cada novo contexto histórico, era o espírito de iniciativa da gente da terra, seu empreendedorismo, sua autonomia, coragem, ousadia, espírito prático e progressista, etc, ou seja, todo aquele conjunto de valores que caracterizam a mitologia bandeirante e a paulistaneidade (QUEIROZ, 1992). Isso tudo adaptado às exigências e peculiaridades locais.

Ao avaliarmos essa forma de escrita da história acabamos por constatar as dimensões mais amplas e as determinações decorrentes da natureza e da dinâmica de sua história efetiva, ou seja, tais cidades integram região que, junto com a capital, desempenhou papel decisivo na vida econômica e política brasileira nos últimos dois séculos. Independente de suas particularidades, viram-se envolvidas em processos significativos de mudanças que marcaram as diferentes etapas da vida nacional. Em tais circunstâncias emergiu um conjunto de problemas atinentes às relações entre passado e presente, tradição e modernização, experiência e horizontes de futuro, identidade e diferença e, conseqüentemente, o problema das relações entre memória, história, cultura política e formas de estruturação do poder. No trabalho de análise desses escritos procurou-se integrar critérios de avaliação que considerassem ao mesmo tempo sua

trajetória temporal, ou seja, uma vez estabelecido o elenco e a modalidade de escritos, buscar o modo como assumiram configurações distintas em diferentes momentos, mas também como estabeleceram articulações, num mesmo momento, com outras manifestações da vida cultural e, principalmente, com as linhas de força do conjunto da realidade histórica. Nesse sentido, foi possível detectar e avaliar a natureza e o grau de irradiação das perspectivas e concepções originalmente gestadas nas instituições paulistas voltadas para a instituição de uma memória e identidade regional, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Museu Paulista, o Arquivo Público de São Paulo, entre outros. Foi possível perceber o grau de enraizamento, nas principais regiões do estado, das construções identitárias da paulistanidade enquanto fundamento da hegemonia paulistas no cenário nacional durante a Primeira República, mas com desdobramentos posteriores.

Entretanto, o recorte temporal mencionado acima (1920-1970) possui um caráter sobretudo referencial. As manifestações dessa produção historiográfica iniciaram-se antes e encerraram-se depois dos anos apresentados como marcos cronológicos. Mas a escolha se justifica pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, a existência dessa produção memorialística e histórica nas diversas localidades do Estado pressupõe um certo grau de desenvolvimento econômico, urbano e cultural que começaram antes de 1920 em várias cidades, mas que se consolidaram apenas nessas décadas iniciais do século XX. Pressupõe a existência de jornais e revistas, leitores, uma certa disponibilidade de tempo ocioso para a dedicação às letras e à vida cultural, um certo grau, portanto, de divisão social do trabalho e todo um conjunto de equipamentos urbanos geralmente identificados com a modernidade. (DOIN, 2007; OLIVEIRA, 1988). Por outro lado, o florescimento das obras, voltadas freqüentemente para a tentativa de instituição de uma memória local, articulam-se como momentos de crises gerais que impactam, de modo ameaçador, sobre a vida local e seus modos de vida, hierarquias sociais, valores consolidados, mecanismos de legitimidade política. Crises decorrentes das transformações econômicas, políticas, movimentos migratórios, urbanização, etc. Realidades estas bastante recorrentes no Estado de São Paulo no período recortado. Os anos de 1970 assiste um crescente declínio da produção dos historiadores locais. Declínio de prestígio e do volume de obras. Mas sempre haverá sobreviventes. As causas disso podem ser encontradas na consolidação da pesquisa

universitária nos anos 70 e 80. Isso conjugado com um relativo afrouxamento dos sentimentos bairristas e municipalistas, dado a emergência dessa nova realidade denominada, na falta de um termo melhor, mundialização e homogeneização cultural. Que tem provocado um fenômeno que alguns autores começaram a chamar de “destradicionalização”, o que não significa indicar a existência de sociedades sem tradições, mas apontar sua mudança de *status* (GIDDENS, 1997).⁶

De qualquer maneira, identificamos de fato articulações presentes no processo de construção do conhecimento histórico e suas relações com o imaginário histórico coletivo e suas implicações políticas. Podemos, a título de sugestão de análise, mencionar o problema e os mecanismos a partir dos quais opera o chamado processo de “ocultação ideológica”. Nos termos em que coloca Michel Debrun. Parece-nos que a capacidade de difusão do imaginário paulista, através desse universo de escritos foi tão eficaz quanto naqueles momentos explícitos de propaganda, durante a Revolução de 32, por exemplo. Mas é necessário ir além de uma análise meramente fundada na intenção dos agentes. É preciso atentar para as suas estruturas argumentativas, o uso dos procedimentos retóricos (metáfora e metonímia), as barganhas implícitas com as ideologias prévias dos dominados.

Marc Ferro fala da dupla função da história nas sociedades contemporâneas, a função terapêutica e a função militante. (FERRO, 1983,1989). Terapêutica por fazer as vezes de refúgio diante das agruras do presente ou por construir genealogias nas quais nos vinculamos a uma idade de ouro no passado ou ao esplendor dos grandes impérios. Mas terapêutica também por permitir a superação simbólica das limitações de cada trajetória de vida particular e descortinar o caminho para uma vida superior, numa

⁶ A produção acadêmica, entretanto, vem se sobrepondo não em função de uma maior qualidade ou cientificidade comparada com a realizada por iniciativa individual ou ligadas aos Institutos Históricos e Geográficos e Academias de Letras. Ambas, na sua forma específica, podem ser lidas enquanto discurso ideológico, mas tal dimensão não se revela do mesmo modo numa e noutra. De qualquer maneira, o processo de “destradicionalização” mencionado decorre, em parte, das freqüentes e sistemáticas contestações e historicizações que as tradições vem sendo submetidas, pelos trabalhos acadêmicos sobretudo, ficando expostas ao debate público. Decorre também da consolidação da questão nacional como foco principal preocupações e estudos, pelos intelectuais brasileiros, isso acompanhado da consolidação do Estado Nacional sobre os poderes locais e regionais (SCHWARZ, 1987, 1999). As dificuldades encontradas para a defesa dessas tradições pode explicar o relativo recuo, momentâneo talvez, dos seus guardiões. Mas não é impossível que os “tradicionais” incorporem todo aparato moderno da ciência com o propósito de preservação, de maneira sutil bem entendido, de um conteúdo já desgastado. Veja ,como exemplo disso, a obra “Terra Paulista: histórias, arte e costumes” organizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), 2004.

dimensão da identificação e do sentimento de pertencimento próprio da idéia de identidade. A função militante acontece na medida em que o processo de construção da identidade articula-se com formações sociais e históricas específicas e está, portanto, sujeita às mais variadas modalidades de manipulação. Principalmente porque tais articulações podem ser escamoteadas.

A partir desses parâmetros, e no modo como se apresentam, vislumbramos nas historiografias locais das cidades paulistas, elementos que apontam para a dupla dimensão apontada. De um lado respondem às demandas dos chefes políticos locais, legitimando o direito ao mando na antiguidade e enraizamento familiar dos “melhores” da terra. Por outro lado, operam a transposição dos indivíduos inseridos na sociedade para um outro patamar: a “comunidade imaginada”, utilizando aqui a expressão de Benedict Anderson, preocupado com a natureza do sentimento nacional. Acredito não estar forçando muito em utilizá-lo para entender a construção dessas “pequenas nações”: a identidade regional. Anderson fala de sociedades (formas sociais marcadas pelas diferenças e antagonismos entre os grupos) que se *imaginam* como comunidades, daí “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008). Assim como no âmbito nacional, também no regional, é o conhecimento histórico que se encarrega dessa tarefa, essas entidades abstratas necessitam de um passado, do mesmo modo que de um espaço, para se realizarem. Teríamos aqui então um caso expresso de contaminação da história, pelo mito e pela memória. Mais do que contaminação teríamos um momento de subordinação da história aos desígnios da memória no processo de formação da consciência nacional e em torno dos mitos de origem da nação.

Outras questões, mais específicas, somam-se a estas mencionadas acima. Questões de caráter mais histórico e que apontam para as dimensões sociais e políticas presentes na construção da identidade paulista. Sabe-se que a província e depois estado de São Paulo projetou-se como principal região econômica do Brasil, a partir da segunda metade do séc. XIX, e com mais ênfase em todo decorrer do século XX. O conjunto de fatores que possibilitaram essa realidade e essa emergência já foi apontado e analisado por inúmeros trabalhos. O elemento preciso que definiu a dinâmica dessa conjunção, entretanto, sempre foi objeto de muitas polêmicas. Mas não há muitas dúvidas sobre o contexto em que tal conjunção iniciou-se: o período marcado pela organização da produção e exportação do café. Representou a consolidação, iniciada em

escala menor pela produção de açúcar, do ingresso dessa região nos circuitos da economia mundial.

Diferente da produção açucareira, restrita de maneira mais expressiva, na região central do estado, a produção cafeeira, acompanhada de perto pelo algodão, definiu a dinâmica de expansão e ocupação de quase todo território do estado. O movimento, como chama atenção Josep Love (1982), caminha num movimento anti-horário se pensarmos nas subdivisões internas do território.

A integração do território e sua manutenção ocorreu de forma exemplar e deve-se a vários fatores: primeiro a hegemonia da produção cafeeira mercantil organizada a partir da grande unidade produtiva, esquemas de gerenciamento centralizado e familiar, concentrador de renda, e modelos diversificados de uso e controle da força de trabalho. Segundo, a construção de malha ferroviária a partir de um desenho radial com centro na capital do estado, a cidade de São Paulo, como cidade alta, e o porto de Santos, como cidade baixa. Terceiro: elite política relativamente coesa em seus propósitos e espacialmente concentrada na capital. Quarto: coesão de valores e visões de mundo, compartilhados pelos segmentos sociais diversos. Identidade paulista, que foi objeto de críticas internas, sem dúvida, porém com projeção social limitada. Temos aqui um grupo que construiu sua hegemonia, no sentido de fundar seu poder em mecanismos de obtenção de consenso. Nosso propósito foi justamente analisar um aspecto desse processo de construção hegemônica a partir do estudo do pensamento e produção de seus intelectuais. Na verdade formou-se na várias cidades que compõem a rede paulista, podemos chamar assim, um quadro de intelectuais orgânicos da identidade paulista, e que dedicaram-se principalmente a discutir e fazer uma leitura da história. O foco central dessa produção teve um apoio institucional, como o Instituto Histórico e Geográfico Paulista, a Academias Paulista de Letras, e o Museu Paulista.

O desdobramento central desse processo, diz respeito à construção da identidade regional, que de certa forma, nos termos em que coloca Pierre Bourdieu, é também o processo de construção da própria região: “A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (...), em impor a definição (...) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território (...). Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por

fronteiras ‘naturais’ (...) . Mas não é tudo: a ‘realidade’, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais ‘naturais’ apóiam-se em características que nada tem de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima.”(BOURDIEU,)

Daí a pertinência de rastrear a penetração dos ideais da paulistanidade no conjunto do território a partir da análise daquelas obras “intermediárias”, como podemos denominar a produção dos escritos dos historiadores locais das cidades paulistas. O estudo dessa produção memorialística permite-nos ultrapassar a simples identificação e delimitações de um certo tipo de discurso ideológico. Ir além da constatação de sua vigência buscando compreender o nível e dimensão de sua eficácia, para utilizar aqui a terminologia de Michel Debrun. O objetivo é evitar cair no funcionalismo ingênuo, conforme nos chama atenção Debrun, onde busca-se explicar o fenômeno “ por seus motivos, reais ou supostos, na consciência ou no inconsciente dos agentes” (DEBRUN, 1989:173-172). Dentro dessa questão todo um conjunto de perguntas e hipóteses se apresentam, compondo o elenco de resultados a que chegamos. Constata-se que esse conjunto de obras “intermediárias” abre a possibilidade de apreendermos a passagem da vigência para a eficácia do discurso ideológico, uma vez que situam-se num espaço de tensão entre interesses locais, municipalistas, e regionais centralizados na capital do Estado. Questão que nos remete aos processos de construção da hegemonia paulista no nível interno, a partir da amarração de interesses intra-oligárquicos paulistas, e externos a partir da atuação de São Paulo no contexto do pacto federativo. Todo um conjunto de mecanismos e práticas integrativas emergem a partir dessa questão, como as redes de comunicação interna, espaços de socialização das elites, jornais, etc. O que nos conduz à investigação acerca dos interlocutores e receptores sociais desse discurso. Por outro lado, percebe-se o papel dos intelectuais, as hierarquias internas desse grupo, sua inserção nas esferas do poder, sua função de “mediadores simbólicos” no processo de construção das identidades sociais (ORTIZ, 1986).

Percebe-se sobretudo, as barganhas implícitas com as expectativas prévias dos grupos de imigrantes e migrantes em diferentes momentos da história de São Paulo. As levadas de “estrangeiros” de dentro e de fora parecem ter sido os interlocutores privilegiados do discurso paulista.

Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o Bandeirante*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1986.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A mitologia da mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DEBRUN, Michel. A ocultação ideológica: da ideologia “primária” à ideologia “secundária”. In: DASCAL, Marcelo (org). *Conhecimento, linguagem, ideologia*. São Paulo: Perspectiva/ Edusp, 1989.
- DOIN, José E.M. e outros. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930). *Revista Brasileira de História*, v.27, n.53, p. 91-122, 2007.
- FERREIRA, Antonio, Luca, Tania Regina De, Iokoi, Zilda (Orgs). *Encontros com a história. percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- FERREIRA, Antonio Celso. *Epopéia bandeirante, letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002..
- FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.
- GIDDENS, Anthony - Beck, Ulrich - Lash, Scott. *Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1996.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memória para a história da Capitania de São Paulo, hoje chamada São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, (13): 78-87, 1992.
- ROSSI, Paolo. *Naufraágios sem espectador. A idéia do progresso*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: UNB, 1982.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 86-105.